

*O setor sucroenergético e as transformações espaciais no Brasil:
a territorialização da cana-de-açúcar em Frutal (MG)*

*Los cambios en la industria de caña de azúcar y espacial en
Brasil: la territorialización de la caña de azúcar en Frutal (MG)*

*The sugarcane industry and spatial changes in Brazil: the
territorialization of sugarcane in Frutal (MG)*

Elvisley Rodrigues de Oliveira

Mestrando em Geografia – UFG / Regional Catalão.
Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).
elvisley.rodrigues@gmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes

Profa. do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFG / Regional Catalão.
Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).
estevaneufg@gmail.com

Resumo

A atividade canavieira está presente no território brasileiro desde sua colonização até os dias atuais. O processo de territorialização do cultivo da cana não foi homogêneo ao longo da história, ela foi se apropriando e transformando algumas regiões de forma gradativa através de políticas de incentivos do governo federal. O presente trabalho busca compreender as transformações espaciais a partir da territorialização do setor sucroenergético no município de Frutal (MG) e seus desdobramentos. Para isso faz-se necessário à compreensão de algumas nuances como: programas de incentivos políticos como criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), PROÁLCOOL, crise do petróleo, e o processo de expansão da lavoura canavieira pelas regiões do Brasil. A pesquisa assentou em pesquisas bibliográficas acerca do tema. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de que as mudanças provocadas precisam ser discutidas.

Palavras-chave: Setor sucroenergético, Proálcool, IAA, Frutal (MG).

Resumen

La industria de la caña de azúcar está presente en Brasil desde su colonización hasta nuestros días. El proceso de territorialización de los cultivos de caña de azúcar no fue homogénea en toda la historia, se apropia y transformando algunas regiones poco a poco a través de las políticas de incentivos del gobierno federal. Este estudio tiene como objetivo comprender las transformaciones espaciales de la territorial de la industria de la caña de azúcar en la ciudad de Frutal (MG) y sus consecuencias. Para ello, es necesario entender algunos matices como: programas de incentivos políticos, como la creación del Instituto del Azúcar y del Alcohol (IAA), Pro-alcohol, la crisis del petróleo, y el proceso de expansión de la producción de caña de azúcar por las regiones de Brasil. La investigación se basó en la búsqueda bibliográfica sobre el tema. En este sentido, hacemos hincapié en la necesidad de que deben ser discutidos los cambios resultantes.

Palabras clave: Industria de la caña de azúcar, Proálcool, IAA, Frutal (MG).

Abstract

The sugarcane industry is present in Brazil since its colonization to the present day. The territorialization process of sugarcane cultivation was not homogeneous throughout history, it was appropriating and transforming some regions gradually through the federal government incentive policies. This study aims to understand the spatial transformations from the territorial of the sugarcane industry in the city of Frutal (MG) and its consequences. For this it is necessary to understand some nuances as: political incentive programs such as the creation of the Sugar and Alcohol Institute (IAA), PROÁLCOOL, the oil crisis, and the process of expansion of sugarcane production by regions of Brazil. The research was based on literature searches on the subject. In this regard, we emphasize the need for any resulting changes need to be discussed.

Keyword: Sugarcane industry, Proálcool, IAA, Frutal (MG).

Introdução

A atividade econômica referente ao cultivo da cana de açúcar está presente no território brasileiro desde o período colonial. Ela foi uma das primeiras atividades a ser praticada nas terras da América portuguesa. Esse setor, desde sempre, necessitou de grande volume de capital empregado em sua manutenção. Com isso, para ser uma atividade altamente rentável, os portugueses utilizaram a força de trabalho escravo, iniciada com o povo local, no caso os índios e, posteriormente, os escravos africanos vindo de todas as partes da África.

O produto, extraído do cultivo canavieiro, era o açúcar, com valor significativo no mercado europeu, já que o açúcar concorrente era o de beterraba, de baixa qualidade. Assim, a atividade canavieira tornou-se viável e resistente ao longo dos séculos através dos incentivos e programas criados pelo governo brasileiro para a manutenção dessa atividade secular.

Essa atividade, que foi introduzida na região Nordeste do Brasil, expandiu-se por outros territórios brasileiros no século XIX, alcançou parte do estado de Minas Gerais no período que se descobre o ouro. No entanto, a atividade não obteve sucesso, porque o Rei de Portugal tinha mais interesse na exploração das minas do que na produção do açúcar. É na segunda metade do século XX que a cana irá expandir até se territorializar na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com programas de incentivos criados pelo Governo Federal. Essa dinâmica alterou a configuração do espaço agrário e a dinâmica social, econômica e espacial das cidades.

Assim propõe-se estabelecer um resgate histórico sobre a expansão da atividade canavieira e das políticas públicas destinadas ao setor, dando ênfase no potencial de transformação socioespacial a partir de sua territorialização.

Para realização do estudo utilizou-se de alguns procedimentos e técnicas com vistas a definir os caminhos trilhados. A pesquisa qualitativa surge como um agente facilitador na análise sobre as transformações ocorridas. A articulação entre teoria e pesquisa documental (IBGE e Secretária de Planejamento do município de Frutal (MG)) permitira a investigação e as reflexões referentes à pesquisa, a qual têm como fundamento contribuir com o entendimento da expansão da atividade canavieira no município de Frutal (MG), os reflexos econômicos, sociais e espaciais na produção do urbano.

A importância do setor sucroenergético na economia brasileira

A descoberta das terras americanas não causou interesses aos portugueses, o que fez com que, durante meio século, a ocupação dessas terras não fosse prioridade ao governo lusitano. A partir da pressão exercida por outros países da Europa, que ameaçaram invadir terras da Colônia, é que a metrópole portuguesa decidiu ocupá-las sob o risco de perder sua propriedade do além mar. Prevalencia, então, o princípio de que os países só tinham direitos sobre as terras descobertas nas quais tivessem mantido ocupação. Assim a ocupação da América deixou de ser um problema exclusivamente comercial e se tornou político (FURTADO, 1998).

Com isso, Portugal necessitou fazer a ocupação efetiva do Brasil. Tal feito, porém, era uma atividade onerosa para a coroa portuguesa, já que não havia, na colônia, indícios de metais preciosos ou qualquer outro material de valor comercial para o mercado europeu que pudesse ser explorado. A forma de ocupar e explorar as novas terras eram a extração vegetal, no caso o pau-brasil, ou o cultivo agrícola. A exploração agrícola em larga escala no século XVI era algo inviável para Portugal, de acordo com Furtado (1998),

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra, o trigo, dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. (FURTADO, 1998, p. 8).

É a partir desse instante que o açúcar entrou em cena e passou a ser cultivado no Brasil, sendo esse produto um dos mais apreciados no mercado europeu naquele período. A empresa agrícola voltada para a produção de açúcar em terras brasileiras foi fundamentada com base no grande latifúndio, ou seja, na chamada *plantation*, e alicerçada em três elementos essenciais: a grande propriedade, a monocultura e a exploração do trabalho escravo. Tais elementos constituíram a solução para a ocupação do território da colônia.

As condições climáticas para o cultivo da cana foram fundamentais. Por isso, as condições favoráveis à sua expansão se deram nos solos de massapé da Zona da Mata Nordestina, e foi ali que essa atividade ganhou força e capacidade para financiar a exploração colonial nos três séculos seguintes. A localização geográfica do Nordeste (próximo ao centro consumidor europeu), o regime de ventos que facilitava a navegação, as condições climáticas e a presença de diversos rios desembocando no

litoral são apontadas como fatores que contribuíram com a expansão da cana de açúcar em terras nordestinas (FERLINI, 1998).

A grande área produtora restringiu-se praticamente ao litoral de Pernambuco e ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos. Apenas a partir do século XVII a cultura canavieira começou a se expandir para outras regiões do Brasil, como é o caso de Minas Gerais, com a descoberta do ouro, e no estado de São Paulo, onde passou a ser mais uma atividade econômica, ao disputar território com a produção do café e a criação de gado.

No final do século XIX, a produção do açúcar tornou-se difícil, em decorrência dos custos elevados de produção. Em função da importância econômica da atividade açucareira, o Governo Imperial ofereceu um programa de incentivo a modernização. Mesmo diante de um cenário de crises, alguns usineiros ligados à política não passaram por dificuldades financeiras mediante os financiamentos oferecidos para manterem suas usinas que, em alguns casos, eram inviáveis. Nesses casos específicos, o capital de auxílio concedido aos usineiros para quitarem suas dívidas era considerado como fundo perdido. Os governos realizavam grandes empréstimos para a montagem e manutenção dos engenhos e quase sempre essas dívidas eram perdoadas pelos governos estaduais devido às influências dos usineiros.

Assim, o cenário do cultivo canavieiro permaneceu com poucas alterações desde o início de seu cultivo em terras brasileiras. A seguir discuti-se as mudanças mais significativas do setor açucareiro a partir do século XX, o setor açucareiro sofreu mudanças mais significativas como: avanços das técnicas e tecnologias na melhoria da cana para o plantio e colheita, aumento da produção e expansão de áreas, subsidiados pela a ação dos governos nas esferas federal, estaduais e municipais.

Políticas de expansão da lavoura canavieira

Houve diferentes períodos e processos de reestruturação nas políticas e ações do governo para o aprimoramento da atividade canavieira no Brasil. Para entender a formação da agroindústria sucroalcooleira, correlacionada à cana-de-açúcar, é preciso analisar as modificações estruturais do País em relação a esse setor e à formação dos capitais de incentivo para o mesmo.

Desde a implantação da cultura canavieira no Nordeste brasileiro, nos estados de Pernambuco e Bahia, no período colonial, o cultivo canavieiro e a produção do açúcar quase não apresentou evolução nas técnicas, permanecendo assim o atraso tecnológico e produção rudimentar. As relações sociais eram de exploração escrava, sistema patriarcal e apenas uma única variedade de cana de açúcar, aponta Andrade (1994),

no período colonial foi mantido o sistema patriarcal e não houve grandes transformações tecnológicas, dominando, na agricultura, uma mesma variedade de cana, a crioula; do ponto de vista industrial, o banguê movido à água ou a tração animal – bois e éguas – produziria o açúcar mascavo para exportação. (ANDRADE, 1994, p. 18).

A lavoura canavieira manteve-se de forma quase que inalterada ao longo dos séculos por ser uma atividade altamente rentável. Assim, os senhores de engenho não revertiam parte dos lucros em modernização dos engenhos centrais. O cenário permaneceu inalterado até o produto brasileiro perder mercado para outros produtores de açúcar, como as Antilhas. Isso se deu por conta de uma crise oriunda do custo da produção e da má qualidade do produto (escuro), o que fez o governo financiar a implantação de modernas fábricas e engenhos centrais (ANDRADE, 1994).

Na época, muitas usinas de pequeno e médio porte formaram-se nas regiões dos engenhos centrais. Grande parte delas foram construídas por senhores de engenho enriquecidos com a atividade agroindustrial e comerciantes de açúcar com capital para melhoria das fábricas existentes. No início do século XIX, ocorreram modificações pequenas com a introdução dos engenhos a vapor e a importação da cana caiana (em substituição da cana crioula), cujo rendimento era superior.

No setor canavieiro, as pequenas fábricas não conseguiram resistir às variações da economia do mercado externo e fecharam ou se uniram em associações para disputar o mercado interno. Associada a essa crise financeira enfrentada pela economia, a falta de organização, gerenciamento e planejamento dos proprietários, a exemplo da falta de manutenção a troca dos equipamentos.

A grande quantidade de fábricas de pequeno porte, a falta de estruturas modernas, a deterioração da maquinaria sem que houvesse uma competente substituição, além da queda constante dos preços do açúcar no mercado internacional e do mau gerenciamento dos empresários, foram fatores que levaram as pequenas usinas a crises constantes e, os usineiros, a se organizarem em associações regionais para disputar o mercado interno em crescimento. (ANDRADE, 1994, p. 38).

O século XX é marcado por vários acontecimentos no cenário econômico, canavieiro e político. Nesse sentido, o governo brasileiro elaborou alguns programas voltados para o setor da agroindústria, em especial ao canavieiro. Essa atividade sempre esteve ligada ao poder público e era defendida por ele, o que ocorre desde o período colonial. Para Andrade (1994, p. 221) “[...] toda uma legislação protegia o senhor de engenho contra quem quer que pusesse em risco a sua atividade econômica, desde as classes ditas inferiores – indígenas e negros escravos – até os próprios credores, que não podiam executar os seus débitos.

O fim do primeiro decênio do século XX foi caracterizado por uma crise de escala global, a grande crise de 1929, que foi sentida em todos os países, principalmente nos que tinham a maior parcela de sua economia voltada para a exportação de produtos primários. O Brasil foi um dos países atingidos por tal crise. Nesse período, um dos principais produtos que o país exportava era o açúcar e, com a retração das exportações, teve início um aumento de açúcar nos engenhos.

Foi neste contexto que o governo federal adotou medidas intervencionistas. Uma das formas de regularizar o excedente de açúcar era direcionar a matéria-prima usada na produção deste produto para outro. É a partir desse momento que o álcool anidro passará a ser produzido em larga escala, e a ser comercializado no mercado brasileiro como álcool carburante. O álcool, subproduto da cana, começou a ser comercializado a partir de 1920 como alternativa de maior rentabilidade e também como combustível. “Só nos anos 1930 é que passariam a produzir o álcool anidro.” (ANDRADE, 1994, p. 38). No ano de 1931, o governo federal promoveu incentivos à industrialização do álcool-motor, já que o álcool utilizado para o comércio era o hidratado.

Os dispositivos básicos do incentivo criado pelo governo para o consumo do álcool motor assim foram:

[...] o governo federal lançou o decreto nº 19.717, de 20 /02/1931, que estabelecia no geral os seguintes dispositivos básicos:

1. o importador de gasolina deveria adicionar à mesma 5% de álcool de procedência nacional;
2. nos automóveis de propriedades ou a serviço da União, dos Estados e dos Municípios, era obrigatório o consumo de combustível com pelo menos 10% de álcool;
3. até 31/03/1932, todo instrumental necessário a montagem de usinas para o fabrico e redistilação do álcool anidro estava isento de impostos e taxas de importação. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 12).

No mesmo ano, o governo federal criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CPDA), com o objetivo de orientar o setor canavieiro, pois, em razão dos reflexos da crise, era necessário conter a queda nos preços, organizar o excedente de açúcar produzido e também incentivar a produção de álcool motor.

No entanto, a política da CPDA não gerou resultados significativos por conta da falta de estrutura e tecnologia. A queda nos preços continuou. Em 1933, foi criado o Instituto do Álcool e Açúcar (IAA), que promoveria várias mudanças no setor canavieiro. O IAA foi criado “com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país.” (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 14). Foram políticas para combater a crise mundial, sentida na agricultura brasileira, especialmente no setor canavieiro. Sanar a crise da economia canavieira e ter o controle da produção nacional foram medidas estatais que distribuíram cotas para as empresas e usinas, além de limitar a instalação de novas fábricas (ANDRADE, 1994).

Como se pode observar, o século XX foi decisivo para a reestruturação do setor sucroalcooleiro no Brasil. Sendo as primeiras décadas marcadas por desajustes entre o mercado interno e mercado externo. Foram diversos os acordos no cenário internacional que tentaram expandir as exportações do açúcar. Essas estratégias foram responsáveis por transformar o setor canavieiro, vide a diversificação de produção e modernização de técnicas e políticas econômicas que, de certa forma, deram novos rumos à atividade canavieira.

No período que compreende a II Guerra Mundial (1939-1945) ocorreram transformações significativas no mercado brasileiro do açúcar. Com a intensificação dos combates no oceano Atlântico, os riscos de transporte - seja para a Europa ou mesmo para o Centro-Sul - por meio da cabotagem eram grandes. Isso reduziu o consumo, o que provocou excesso de estoque do produto nas usinas. A infraestrutura de transporte terrestre naquele período se apresentava precária até aquele momento, na medida em que não propiciava o abastecimento do centro consumidor.

A falta de abastecimento de petróleo e de açúcar nos principais centros consumidores contribuiu para o deslocamento da lavoura canavieira e da produção açucareira para a região Centro-Sul. O Nordeste, assim, perdeu a hegemonia na produção.

O incentivo à produção de álcool com programas do IAA, nesse contexto, ampliou a valorização do parque alcooleiro com a redução de oferta de petróleo causada com o período de guerra. É o que aponta Bray (2000):

neste contexto ampliou-se a valorização do parque alcooleiro com a diminuição de derivados de petróleo no mercado nacional o álcool anidro carburante passou a ganhar, naquele momento, uma função de produto altamente estratégico para o País. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 19).

O aumento do consumo de álcool por meio de programas e incentivos do IAA elevou para 20% o teor de mistura do álcool na gasolina em 1941, o que determinou a expansão do parque alcooleiro e da lavoura canavieira para áreas não tradicionais com o cultivo da lavoura canavieira na região Centro-Sul. Ampliou-se a tendência do deslocamento da hegemonia açucareira.

A década de 1950 caracterizou-se como a fase do crescimento e expansão da agroindústria canavieira no país com a produção de álcool e açúcar. Agrega-se a essa nova dinâmica o processo de industrialização e urbanização do Brasil. O aumento do consumo interno levou os dirigentes do IAA a elevar a produção nacional. Através da política de expansão do IAA o Estado consolidou e respacializou a lavoura canavieira no Centro-Sul, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Esse processo se efetivou com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que será discutido no item a seguir.

O PROÁLCOOL e a expansão da lavoura canavieira

O PROÁLCOOL surgiu como alternativa para a crise que o mercado açucareiro atravessou na década de 1970. Crise essa ocasionada pela baixa dos preços do açúcar no mercado internacional, e também pela crise do petróleo, cujo preço do barril sofreu significativo aumento no preço. Por ser um produto de uso em escala mundial e muito consumido pelos países desenvolvidos, deflagrou-se a crise de abastecimento, inclusive no Brasil.

Para sanar o conflito no comércio do açúcar e no abastecimento de petróleo, o Governo Federal criou no ano de 1975 o Proálcool, com o objetivo de aumentar a produção de álcool visando à substituição da gasolina.

O PROÁLCOOL é um programa federal [...]. O seu objetivo foi de aumentar a produção de safras agro-energéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim incrementar o uso no setor químico. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 55-56).

Com a crise na exportação de açúcar e um alto volume estocado, o que gerou prejuízos para a elite açucareira, o Estado viu-se obrigado a criar mecanismos para amenizar a situação e, assim, como já havia veículos automotores funcionando com o álcool associado com uma crise do petróleo, a saída foi incentivar a produção de álcool e de automóveis que utilizaria o produto como combustível. Dessa maneira, Thomaz Junior (2002) corrobora com o assunto abordado afirmando que,

O programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 76).

Assim, a criação do Proálcool não representou transferência de esforços da produção de açúcar para a produção de álcool. O que se materializou foi à disseminação de incentivos para a ampliação do plantio de cana-de-açúcar, a utilização do parque industrial açucareiro instalado com ociosidade na produção e também o incentivo de instalação de novas unidades.

Para alcançar as demandas lançadas, foram dirigidos vários incentivos financeiros para o setor. E essa evolução se deu em três fases, sendo a primeira entre 1975 e 1979, a segunda entre 1980 e 1985 e a terceira de 1985 a 1990.

A primeira etapa do Proálcool, iniciada em 1975 a 1979, caracteriza-se a partir da utilização direta da cana para a fabricação do álcool, pois, antes esse era um subproduto do açúcar. Foram destinados créditos subsidiados concedidos para a construção de destilarias anexas e autônomas no país o que fomentou um crescimento na produção de álcool em virtude da ampliação instalada no sentido de atender à primeira etapa do programa (BRAY, 2000).

O segundo choque do petróleo, em 1979, marcou a segunda etapa do Proálcool (1980 a 1985), período em que o governo federal manteve a política de liberação de créditos subsidiados voltada para atingir a meta de produção estipulada na fase anterior. Para conseguir o crédito, o governo fez exigências, como liberar créditos somente para construção de usinas com capacidade de produção superior a 60 mil litros diários, o que caracterizou a concentração de renda nas mãos de poucos empresários do açúcar, formando assim um monopólio capitalista açucareiro.

Acompanhando o período de prosperidade do Proálcool, houve o fortalecimento da indústria nacional voltada ao ramo açucareiro para produzir e fornecer

equipamentos para instalações de grande capacidade produtiva das novas destilarias autônomas instaladas, conforme aponta Bray (2000). O estado de São Paulo foi o mais privilegiado com as políticas do Proálcool, já que recebeu boa parte do capital investido, o que repercutiu na formação de um grande parque da agroindústria canavieira e na elevação da produção de açúcar e álcool, crescente desde a década de 1950. Houve ainda o fortalecimento dos novos estados produtores de álcool: Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – afirmando, nesse sentido, a hegemonia do setor no eixo Centro-Sul.

No período que compreende o terceiro momento do Proálcool (1985-1990) uma série de mudanças no aporte financeiro ofertado pelo programa surgiu, caracterizada pelo corte dos financiamentos e subsídios para a instalação de novas usinas (THOMAZ JUNIOR, 2002; BRAY, 2000). Os cortes no orçamento ofertado ao setor pelo Estado atingiu o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA), causando sua extinção em 1990, e também a indústria automobilística.

Mas a redução na oferta de álcool no mercado nacional causou desconfianças na indústria automobilística e ocasionou a queda no setor.

[...] com a crise de abastecimento no fim da década de 1980, o consumidor passou a desconfiar da capacidade do setor em suprir a demanda de álcool. Assim, houve uma grande queda na comercialização de veículos a álcool, face ao desinteresse da indústria automobilística na atualização dos modelos comercializados. (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000, p. 79).

A inversão na produção do álcool para o açúcar que causou queda na oferta desse produto no mercado nacional deu-se pelo aumento na cotação dos preços do açúcar no mercado internacional, o que fez com que a cana-de-açúcar plantada fosse destinada a esse produto. E sem a intervenção do IAA, o Estado deixou de controlar e mediar às ações do açúcar no cenário internacional, permitindo as próprias usinas a negociar e exportar diretamente sua produção (BRAY, 2000).

Em linhas gerais, o Proálcool foi um programa relevante para a economia brasileira. Foram medidas inovadoras em vários segmentos: oferta de crédito subsidiado para a expansão das áreas de lavoura canavieiras, para a implantação de novas destilarias de grande porte; colocação do álcool como alternativa de combustível nacional frente à crise do petróleo; incentivo estatal junto às indústrias automobilísticas para a produção de carros movidos a álcool; produção de equipamentos e máquinas

voltadas para o setor de açúcar e álcool. Em suma, foi um programa voltado para os interesses públicos e privado, que contribuiu para a formação do capitalismo monopolista. Dessa forma, as ações do Estado com a inserção de capital nacional, juntamente com capital privado e também internacional, foram responsáveis pela continuidade desse cultivo de origem colonial até os dias atuais.

Esse processo sucedido ao longo do século XX contribuiu para o desenvolvimento técnico, instalação de fábricas mais eficientes construídas em São Paulo, melhoramento das estradas construídas com dinheiro público, desenvolvimento em pesquisa de novas variedades de cana e avanços técnicos científicos na produção de adubos químicos e inseticidas, o que proporcionou o aumento da produção e expansão da lavoura canavieira.

O território canavieiro em Minas Gerais

Ao longo da história da humanidade, o homem vem se apropriando do espaço e transformando-o em território. E, desde então, tem-se feito vários ensaios sobre a definição de território. Tenta-se conceituar tudo que existe, e isso parte do homem em busca incessante por conhecimento. A partir dos avanços que foram realizados pela ciência no decorrer da história e da constituição da Geografia como ciência no século XVIII, alguns autores como Haesbaert (2012) e Santos (2007) se propuseram a definir o território e, com isso, agregar tal discussão como categoria geográfica. A discussão, deste modo, estendeu-se às primeiras formulações de Friedrich Ratzel, segundo as quais o território é uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. O território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade.

Em um dos textos sobre território, Santos (2007, p. 13) aponta que “o território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” Nessa reflexão, Santos (2007) diz que é apenas um ensaio, porém, observa-se que sua teoria pouco se diferencia acerca do que pensava Ratzel no século XVIII, quando afirmava que o território é onde o homem lhe atribuiu identidade e vice-versa.

Santos (2007) continua sua análise afirmando ser o território não apenas um conjunto natural de sistemas e de coisas superpostas, contudo algo entendido como o território usado, não o território em si. Faz-se necessário entender o que seria esse

território usado. O termo é aplicado para definir a forma e o uso desse território, visto que a identidade é o sentimento de pertencer a algum lugar, é onde a vida material acontece, como o trabalho, o lugar da residência e o lugar das relações das trocas comerciais.

As discussões a respeito dos vários conceitos de território ocorreram a partir da segunda metade do século XX, com mais intensidade após a década de 1970, período de (re)organização do território no processo da globalização. Essa organização do modo de produzir vigente tornou-se complexa e exigiu novas formas de entender o território a partir do Estado.

Segundo Haesbaert (2012) surgem diferentes leituras e visões no que tange ao conceito de território. Quando se pretende discutir a questão de território é preciso saber de que tipo de território se refere, pois, a depender da concepção de território, a discussão muda de foco e só assim será possível discutir sua desterritorialização. É comum associar definição de território relacionada ao Estado, ao poder que o mesmo exerce em determinada área, seja municipal, estadual ou nacional, daí a noção de Estado Nação. Há outros ramos das ciências, como a Antropologia, que definem território como dimensão simbólica e cultural, e considera os estudos das sociedades. Existe o território econômico, que enfatiza a relação econômica, sendo o conceito com múltiplas dimensões. Andrade (1994) declara que “a conquista e produção de um território não se desenvolvem de forma linear e contínua, mas são limitadas, conforme a disponibilidade de técnicas e de capital, por uma série de fatores tanto de ordem físico-natural como econômica.” (ANDRADE, 1994, p. 44).

Quando se entende que a formação do território não é homogênea e o Estado exerce grande influencia nesse processo, é possível identificar as formas de ocupação do território brasileiro por determinadas atividades agropecuárias, nesse caso a cana de açúcar e como ela se expandiu ao longo da história da econômica do país.

O processo de ocupação do cultivo da cana-de-açúcar pelo território brasileiro ocorreu de forma heterogênea e por períodos, sendo que em cada nova expansão os impactos no meio ambiente foram irreversíveis. A partir do momento em que as técnicas evoluíram (adubos, defensivos agrícolas, maquinários para a plantação e na indústria com novos equipamentos de produção da matéria prima em produto acabado, álcool ou açúcar), a expansão da agricultura, em especial da lavoura

canavieira, apropriou-se e transformou áreas antes tidas como inviáveis para o cultivo por serem distantes, no interior dos estados. Antes as plantações de cana de açúcar e as usinas se localizavam no litoral, próximos de rios navegáveis ou de estradas de ferro para melhor escoar e transportar os produtos e matéria-prima até o mercado consumidor. Com o desenvolvimento da infraestrutura e das técnicas, essas usinas avançaram em novos territórios.

Os avanços técnicos surgidos no Brasil a partir da década de 1970 contribuíram para a organização do espaço agrário nos moldes que se tem na contemporaneidade. Andrade (1994) ressalta que é importante entender o processo da revolução técnico-científico e também o papel do Estado nessa configuração político-econômico:

[...] para se compreender a situação atual, torna-se necessário, partindo dessa visão, fazer uma análise do processo que se acelerou, sobretudo nos anos [19]70, e produziu atual geografia canavieira [...] ao estudar cada área, procura-se analisá-la tanto na forma horizontal, nos aspectos que representa hoje, como vertical, caminhando-se do presente para o passado a fim de explicar como ela se formou e que estruturas econômico-sociais produziram. Também não pode esquecer o papel do Estado como planejador, como investidor e como controlador da produção e da comercialização. (ANDRDADE, 1994, p. 49).

Por ser a atividade canavieira de grande interesse desde o período colonial, o Estado, por meio de políticas e incentivos, sempre contribuiu com a expansão de áreas cultiváveis com cana-de-açúcar. Até início do século XX, todas as lavouras canavieiras tinham a maior parte de sua produção voltada para o fabrico de açúcar. Apenas a partir do primeiro decênio do referido século que se iniciou a produção de álcool anidro.

A importância do álcool na economia brasileira foi maior com a intervenção do Estado, por intermédio de incentivos e programas que viabilizaram o aumento da produção e das áreas cultiváveis e dos programas como o IAA, PROALCOOL e PLANALSUCAR. Tudo isso contribuiu para o deslocamento da produção açucareira – que, antes, se encontrava na região Nordeste – e se transferisse para o Centro-Sul, inclusive para o estado de Minas Gerais, principalmente para a Mesorregião do Triângulo Mineiro.

O estado de Minas Gerais tem um papel importante no cenário econômico do Brasil, e hoje é considerado um dos maiores produtores de açúcar e álcool do país. Entretanto, tal fato deu-se a partir do fim do século XIX e início do século XX, momento no qual a lavoura canavieira expandiu-se para o Triângulo Mineiro. No

período colonial, Minas Gerais obteve relevância com a descoberta do ouro no século XVII, que atraiu para a região um expressivo surto populacional iniciado na última década do século referido. Houve migração de aventureiros em busca de fortuna, de todas as partes, desde o do Reino português até de áreas como Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. A mineração era uma atividade que concentrava grande quantidade de população em áreas restritas, onde se localizavam as minas, dando origem à formação de corrutelas, de aldeias e posteriormente de vilas (ANDRADE, 1994).

A produção de açúcar e álcool daquele período era apenas para abastecer a população local, que era ofertada pelo engenho do Visconde do Rio Branco em 1886. Segundo Andrade, (1994), essa produção não tinha importância comercial para exportação em função do baixo volume produzido, já que a região não era favorável para o cultivo de cana-de-açúcar. Com o objetivo de sugar o máximo de riquezas do Brasil, o governo português entendeu que era necessário dificultar o desenvolvimento de outras atividades que não fossem a mineração, para que não houvesse queda na extração.

Diante disso, proibiu-se a instalação de engenhos e destruíram-se os existentes, punindo também os proprietários que insistiram em manter em atividade os engenhos existentes. Com isso, a atividade econômica do estado mineiro se configurou apenas da extração de ouro e a mão de obra estava ocupada nas minas. Assim, faltavam alimentos, que tinham que ser adquiridos em lugares distantes e com preços elevados. Alguns migrantes foram para Minas Gerais para produzir alimentos. Nas últimas décadas do século XVIII, a economia mineira diversificou-se e passou a produzir alimentos necessários para a população local.

A atividade econômica, todavia, que cresceu ao longo da história foi o cultivo de grãos e a criação de gado leiteiro e de corte. Apenas no século XX, com a difusão do Proálcool, o cultivo de cana de açúcar começou a exercer papel de significância na economia do estado. Em 1990, Minas Gerais passou a figurar entre os maiores produtores do Brasil como produtor de açúcar e álcool. A maior concentração da lavoura canavieira está localizada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudeste de Minas, sendo estas, atualmente, as principais regiões produtoras de cana de açúcar do estado.

A cana e as transformações espaciais em Frutal (MG)

A importância de evidenciar a geografia de Frutal justifica-se pela necessidade de apreender que, em cada localidade, existe uma combinação de especificidades, as quais não se repetem em outro ambiente de modo idêntico. Assim, convém indicarmos como um conjunto de elementos interfere na escolha dos empresários do agronegócio sobre qual a melhor localização para a reprodução do capital e para compreendermos os desdobramentos de territorialização no município.

O município de Frutal (MG) localiza-se na região Sudeste do Brasil no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e na microrregião com o mesmo nome (Mapa 01), conforme denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Observa-se que a Microrregião de Frutal está na parte sul da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e faz divisa administrativa com o estado de São Paulo.

A origem do município acompanha o processo histórico de ocupação da Mesorregião citada, com referência à chegada dos Bandeirantes que transitavam por Frutal em direção ao estado de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. O Município tornou-se passagem obrigatória para esses desbravadores, gerando aos poucos condições para a formação de um povoado onde Antônio de Paula e Silva construiu uma capela destinada a Nossa Senhora do Carmo.

Já o topônimo, deve-se à existência de um grande número de jabuticabeiras, árvores nativas da Mata Atlântica. Por haver muitas dessas frutas, o povoado ficou conhecido como o povoado das frutas. Ao longo da história da cidade, houve mudança em seu nome. Conhecido inicialmente como “Patrimônio das Frutas”, depois Carmo de Fructal e, somente após a emancipação política do município de Uberaba, em 04 de outubro de 1887, a cidade veio a denominar-se de Frutal.

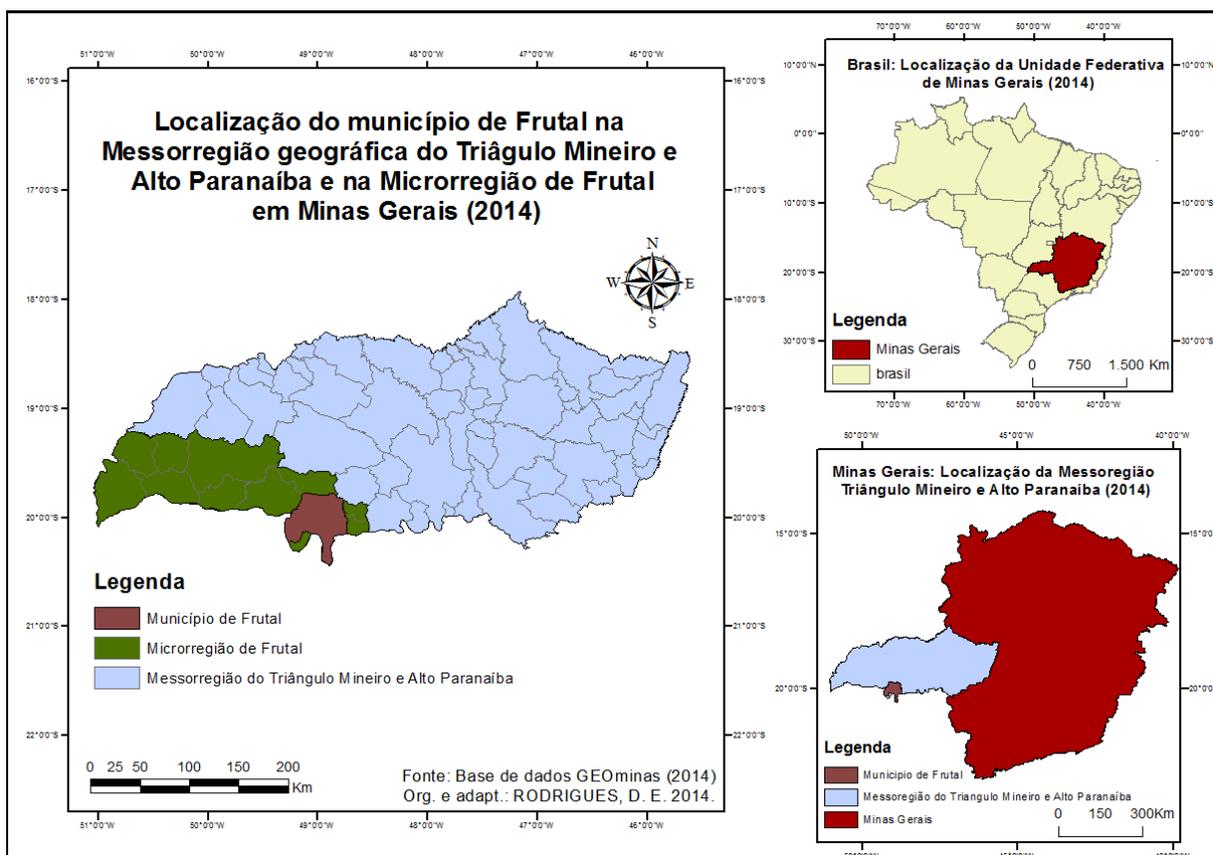


Figura 01: Mapa de localização do município de Frutal – MG (2014).

Fonte: GEOMINAS (2014). Org.: Rodrigues, D. E. (2014).

O município de Frutal se situa no entroncamento de uma importante malha viária formada pelas rodovias BRs 153, 262 e 364 e pelas MGs 255, 427 e 455. Desse modo, Frutal dista 618km da capital Belo Horizonte, 614km de Brasília (DF), 175km de Uberlândia, 78km de Barretos (SP), 110km de São José do Rio Preto (SP) e 161km de Ribeirão Preto (SP), centros com que este município mantém relações sociais e econômicas, o que pode ser observado na figura 02.

A economia de Frutal está vinculada historicamente à agricultura (com o cultivo de abacaxi, laranja, soja, milho, seringueira e cana-de-açúcar) e à pecuária (com a criação de gado para o corte e leiteiro), sendo esses setores os responsáveis por parte do PIB do município.

O abacaxi e a laranja foram relevantes na formação socioeconômica da cidade, pois recebia expressivo número migrante da região Nordeste que procurava o município em busca de emprego, o que contribuiu para o crescimento da cidade a partir da década de 1970. A cidade somava uma população de 30.737 na década de 1970; em

1980, 34.273; em 1990, 41.424; em 2000, 46.566; e no último censo, em 2010, 53.466 (IBGE, 2013).

Outra atividade que tem contribuído com o crescimento da cidade é o cultivo da cana de açúcar que, a partir de 1990, vem aumentando o tamanho da área cultivada. Tal atividade está presente no município desde a sua formação, mas era destinada ao consumo bovino, ao fabrico de água ardente, rapadura entre outros.

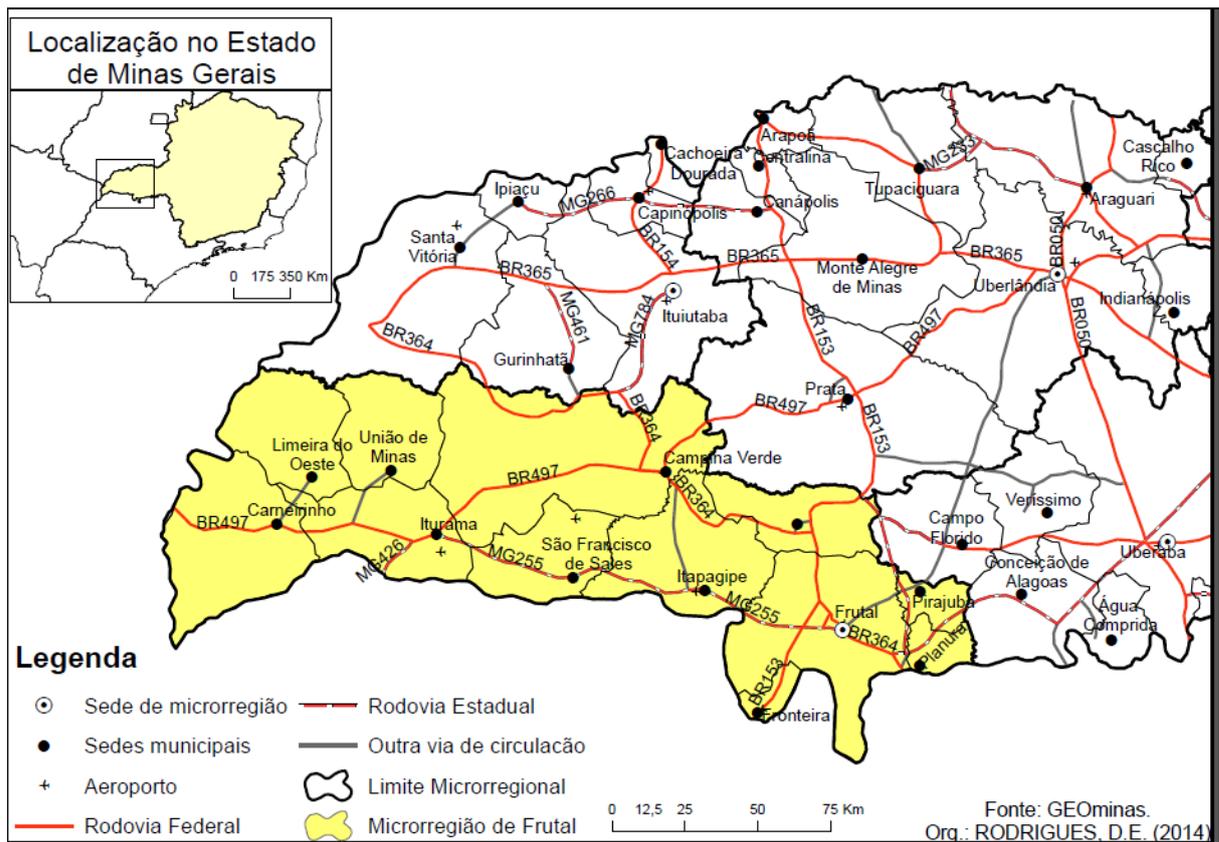


Figura 2: Mapa da malha rodoviária Mesorregião do Triângulo Mineiro (2014).

Fonte: GEOMINAS (2014). **Org.:** Rodrigues, D. E. (2014).

A partir das primeiras décadas do século XXI o município de Frutal recebe a implantação de duas usinas sucroenergéticas, sendo elas: a usina Frutal, do Grupo Transnacional Bunge, instalada em 2006 e que começou suas atividades no ano seguinte; e a Usina Cerradão, do grupo Queiroz de Queiroz, e da Usina Moema S.A, instalada em 2007 e que iniciou as atividades em 2009. Essas usinas empregam juntas cerca de 2.500 colaboradores e cerca de 70% é de Frutal (SILVA, 2012).

As atividades relacionadas ao campo contribuem decisivamente para o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviço local. Sabe-se que, com a

territorialização do setor sucroenergético, outros setores econômicos ligados a essas atividades se instalaram na cidade para atender à demanda originada por esse segmento.

O que se observa é que a cidade de Frutal vem tendo crescimento econômico e social desde 1990, mas foi a partir do ano 2000 que houve um crescimento significativo que provocaram mudanças em todos os setores. O município recebeu duas universidades, sendo uma estadual, o campus da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e a Faculdade Frutal (FAF), o que também contribuiu para o aumento da população, já que os municípios limítrofes e de outros estados do país buscam formação superior.

Assim, a localização geográfica, e a malha viária que dispõe, juntamente com a dinâmica econômica local, exerce influência econômica em sua microrregião são fatores atrativos para novos investimentos para o município. O que poderá contribuir para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Tecendo algumas considerações

Este artigo procurou analisar a importância do cultivo da cana-de-açúcar na economia brasileira, com um breve resgate histórico, que, desde o período colonial serviu para a ocupação do território até às políticas atuais de incentivos e regulamentação ao longo do século XX, e como essas contribuíram e contribuem na transformação econômica, social e espacial nas áreas onde estas se territorializam.

Como se observa, a cidade de Frutal, desde os anos 1990 tem sua dinâmica econômica em crescimento, o que se deduz ser o setor sucroenergético, um dos mecanismos que contribuiu para as transformações espaciais ocorridas. Assim, nessa perspectiva, todos os setores da economia local são influenciados a partir da inserção do capital sucroenergético no município. Sendo que somente a partir de meados da década do ano 2000, com a instalação das duas usinas sucroenergéticas é que pode ser observadas essas transformações na Microrregião de Frutal.

Referências

ANADRADE, M. C, de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil.** Marília: UNESP, 2000. 104p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007b. 123 p.

CASTRO, I. E. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, conceito e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia escolar e a cidade:** Ensaio sobre ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas – SP. Papyrus, 2008.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII.** Brasiliense, São Paulo, 1992, 8º ed. 96p.

FURADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 27º ed. Cia Editora Nacional. São Paulo, 1998

GEIGER, P.P. **As formas do espaço brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo. Annablume, 2005.252p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=312710>>. Acesso em: 15 de jun. de 2013.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução de. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTE-MOR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo.** UFMG Cedeplar, 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acessado em: 05 out. 2011.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de historia, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo. Contexto. 2007.

Rangel, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Técnica espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, A. R. P. **As transformações socioespaciais de Frutal MG**. 2012, 172 f. il, Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí GO**, 2011, 218f. il, Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí, 2011.

SOUZA, A. G. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal – MG**. 2012, 186, f. il, Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.192p.

SPOSITO, E. S. **A vida na cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____, E.S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

_____, E.S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Recebido para publicação em dezembro de 2014
Aprovado para publicação em fevereiro de 2015